

**Ao
CRÉDITO AGRÍCOLA**

Localidade: _____

Data: _____

**Assunto: Moratória – Decreto-Lei n.º 31-B/2026, de 5 de fevereiro –
Suspensão de reembolso de capital e do pagamento de juros e prorrogação**

Contrato de Crédito à Habitação Própria Permanente n.º _____

MUTUÁRIO/A/S _____

Morada _____

NIF _____

Exmos. Senhores,

Serve a presente para declarar que pretendo/pretendemos aderir à medida de apoio prevista na alínea c) do número 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 31-B/2026, de 5 de fevereiro, i.e. **suspensão**, por um período de 90 (noventa) dias, contados a partir de 28 de janeiro de 2026, do reembolso do capital, e dos juros com vencimento previsto até ao término desse período, do crédito em assunto com reembolso parcelar de capital ou com vencimento parcelar de outras prestações pecuniárias, sendo o plano contratual de pagamento das parcelas de capital, juros, comissões e outros encargos estendido automaticamente por período idêntico ao da suspensão, de forma a garantir que não haja outros encargos para além dos que possam decorrer da variabilidade da taxa de juro de referência subjacente ao contrato, sendo igualmente prolongados todos os elementos associados ao contrato abrangido pela medida, incluindo garantias.

Para o efeito declaro/declaramos que preencho/preenchemos as seguintes condições cumulativas previstas no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 31-B/2026, de 5 de fevereiro:

– Não estou/estamos, à data de 28 de Janeiro de 2026, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 (noventa) dias junto de V. Exas., ou estando, não cumpro /não cumprimos o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018; e não me encontro /nenhum de nós se encontra em situação de insolvência, ou suspensão ou cessação de pagamentos, nem foi interposta contra mim qualquer execução até 28 de janeiro de 2026;

- Tenho/Temos, a 28 de janeiro de 2026, a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, de acordo com o previsto, respectivamente, no Código de Procedimento e de Processo Tributário e no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Mais declaro/declaramos que (assinalar, pelo menos, uma das situações):

☐ O imóvel objecto do crédito para o qual solicito/solicitamos a medida de apoio prevista na alínea c) do número 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 31-B/2026, de 5 de fevereiro, constitui a minha/nossa habitação própria permanente e se localiza num dos municípios abrangidos nos números 2 e 3 da Resolução do Conselho do Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro, e Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-C/2026, de 1 de fevereiro.

ou/e

☐ Estou/estamos abrangido(s) pelo regime de lay-off em empresa sediada ou que exerce atividade num dos municípios abrangidos nos números 2 e 3 da Resolução do Conselho do Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro, e Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-C/2026, de 1 de fevereiro. Neste caso, indicar:

Nome da Empresa: _____

Contacto Telefónico ou Email da Empresa: _____

Declaro/amos, sob compromisso de honra, que as condições de acesso às medidas de apoio previstas no Decreto-Lei n.º 31-B/2026, de 5 de fevereiro, referidas na presente carta são fiéis e correspondem à verdade, estando ciente/cientes do disposto no Artigo 8º do mencionado diploma, designadamente que sou/somos responsáveis pelos danos que venham a ocorrer e pelas falsas declarações, bem como pelos custos incorridos com a aplicação das presentes medidas excepcionais, sem prejuízo de outro tipo de

responsabilidade que possa ser gerada pela minha/nossa conduta, nomeadamente do foro criminal.

Nos termos e para os efeitos do disposto no nº 2 do Artigo 5º do Decreto-Lei nº 31-B/2026, de 5 de fevereiro, anexo/anexamos, para comprovar a condição de acesso à presente medida a que alude a alínea c) do nº 1 do Artigo 4º do mencionado diploma legal:

- ☐ Certidão comprovativa da situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira.
- ☐ Certidão comprovativa da situação regularizada junto da Segurança Social.

Na expectativa prezada e urgente das vossas notícias, apresento/amos os meus/nossos melhores cumprimentos, mantendo-me/nos ao dispor para o que seja necessário.

O(A/S) MUTUÁRIO(A/S)
